



Carta de Curitiba, 08 de julho de 2016.

O VI Encontro Nacional de Residências em Saúde (ENRS) realizado em Curitiba, Paraná, na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), no período de 05 a 08 de julho de 2016, teve como tema central “Construindo nossa identidade e questionando nossa formação”. A participação no encontro contou com diferentes atores envolvidos com os programas de residências em área profissional de saúde: residentes, preceptores/tutores, coordenadores - em seus respectivos fóruns - gestores e docentes.

Aprovamos esta carta em defesa do cumprimento dos direitos constitucionais garantidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) público, mediante a oferta de infraestrutura adequada e trabalhadores qualificados para a prestação de cuidado à saúde, bem como formação e fixação dos/das profissionais envolvidos no SUS, para SUS e com o SUS. Para tanto, é fundamental a construção coletiva e democrática da Política Nacional de Residências em Saúde.

As Residências em Saúde devem se efetivar como espaços de constituição de novos trabalhadores para o Sistema Único de Saúde, sendo pressuposto para tal efetivação a necessidade do fortalecimento de um processo que reconheça a efervescência política e o protagonismo dos atores envolvidos neste processo. Constituir novos trabalhadores para o SUS é reconhecer a sua dimensão humana e de transformação social, construída historicamente por sujeitos e representada no projeto de reforma sanitária.

Reiteramos os encaminhamentos da Carta de Florianópolis e anteriores para a efetivação da construção coletiva e democrática nos processos decisórios relacionados às Residências em Saúde, por meio da organização dos diferentes atores em seus respectivos fóruns loco-regionais e nacionais. Se faz necessário que os programas e instituições envolvidas com a Residência reconheçam a legitimidade do ENRS como espaço deliberativo e de articulação dos segmentos em seus respectivos fóruns.

Reafirmamos a legitimidade dos Fóruns Nacionais na indicação de seus representantes para a CNRMS e demais espaços deliberativos, sendo atribuição irrestrita de cada um dos fóruns. Entendemos que o respeito às decisões tomadas no ENRS é um princípio básico da democracia participativa defendida por este coletivo. Ainda, é necessário a legitimação do processo de eleição dos/das representantes residentes da CNRMS a partir da eleição construída coletivamente dentro do ENRS, garantindo em seu



VI ENCONTRO NACIONAL DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE

CONSTRUINDO NOSSA IDENTIDADE E
QUESTIONANDO A NOSSA FORMAÇÃO

regimento

interno 2

(dois) representantes titulares e 2 (dois) suplentes, sem a necessidade de diferenciação entre uni ou multiprofissional.

Diante da conjuntura atual, reafirmamos a importância da manutenção dos espaços institucionais governamentais responsáveis pelas Residências em Saúde e reivindicamos a realização do V Seminário Nacional de Residências em Saúde, para construção da Política Nacional de Residências em Saúde.

No que concerne o Projeto Político Pedagógico (PPP), reivindicamos que a participação de residentes no NDAE deve ser garantida, com voz e reconhecimento, de modo que suas necessidades e demandas sejam consideradas, debatidas e efetivadas nas ações das residências nos respectivos programas.

Quanto ao reconhecimento e fortalecimento da função tutoria, docência e preceptoria nos programas de residência em saúde há necessidade de definição de Políticas Institucionais de integração ensino e serviço, que garantam: estabelecimento de parâmetros de produtividade que considerem as atividades docentes, além das assistenciais; reconhecimento, apoio e incentivo à participação na preceptoria e tutoria, que contemplem carga horária específica; inclusão da atividade docente nos planos de cargos, carreiras e salários; remuneração; estrutura adequada para o exercício profissional; educação permanente (habilidades políticas, pedagógicas e técnicas); incentivo à participação em eventos e encontros nacionais; e certificação pelo trabalho desenvolvido na preceptoria e tutoria. Destacamos ainda que o exercício de tutoria e preceptoria deva respeitar o desejo do/da profissional para realizar tal função.

Destacamos a necessidade de revisar os critérios para licenças e afastamentos no que se refere ao cumprimento integral da carga horária prática. Que seja garantido o direito a atestados médicos de até 15 dias seguidos sem reposição de carga horária ou desconto da bolsa, em respeito ao direito enquanto cidadãos. Acrescentamos que a única perícia que o/a residente pode ser submetido é a da Previdência Social, após 15 dias de afastamento.

Em relação à formação e educação permanente dos preceptores e tutores, reafirma-se a necessidade de comprometimento das instituições responsáveis pelos Programas e das esferas de gestão do SUS, visando a garantia da prática da Educação Permanente no exercício da docência em serviço. E ainda, a estruturação de programas de formação em nível Nacional e Loco-regional, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, além da possibilidade de intercâmbio entre tutores e preceptores de diferentes programas. Destacamos a importância da oferta dessas atividades formativas em diferentes horários e com ampla divulgação.



VI ENCONTRO NACIONAL DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE

CONSTRUINDO NOSSA IDENTIDADE E
QUESTIONANDO A NOSSA FORMAÇÃO

Salientamos a importância da inclusão no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Regimento de cada Programa a carga horária destinada para todas as atividades inerentes ao programa (estudo individual, TCR, participação em eventos, grupos de pesquisa, reuniões de representação, em espaços de controle social, participação popular e movimentos sociais, de auto-organização e reuniões de equipe). Para a participação em eventos, cada COREMU deve definir os critérios e a carga horária de modo a não ser descontada com fins de futura reposição. Vale reafirmar a importância da manutenção de cumprir a distribuição das atividades teóricas (20%), práticas e teórico-práticas (80%).

Consideramos ser necessário que desde o primeiro ano e nas diferentes fases, que os/as residentes tenham carga horária garantida para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) e construídos nas diferentes formas de expressão da produção do conhecimento, que haja liberdade de escolhas na metodologia a ser utilizada, sem restringir-se a monografias, artigos científicos e formas consideradas tradicionais de apresentação. É importante ressaltar que os TCRs devem responder aos desafios do SUS e estar a serviço dos interesses da população, contemplando as mais diversas linguagens, permanecendo o caráter científico. Todas produções devem ser publicizadas, a fim de socialização do conhecimento produzido de maneira a formar um banco de dados nacional.

Cabe frisar a não reprodução da lógica do produtivismo e do modelo acadêmico vigente, construindo formas de inclusão de trabalhadores do SUS envolvidos com as Residências em Saúde que apresentam acúmulo, vivência, conhecimento e experiências que podem contribuir para os estudos/problematizações nos TCRs.

Entendemos também a importância da inserção dos/das residentes nas equipes de saúde, porém não em substituição ao quadro de trabalhadores do serviço, considerando o caráter de formação na modalidade residência.

Indicamos como essencial o desenvolvimento de práticas participativas, relações horizontais, de confiança, vínculo, construção conjunta da formação e da organização do processo de trabalho do/da residente na perspectiva de superar relações verticais, de assédio moral e de formas opressoras. Para tanto, sugerimos a criação, tanto na CNRMS quanto nos coletivos regionais de residentes, de grupos de trabalho ou subcomissão de enfrentamento ao assédio moral que problematizem e formulem ações em resposta as diversas formas de assédio moral e opressões sofridas pelos atores das residências, em que estes possam também denunciar suas problemáticas vivenciadas.



VI ENCONTRO NACIONAL DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE

CONSTRUINDO NOSSA IDENTIDADE E
QUESTIONANDO A NOSSA FORMAÇÃO

Quanto à avaliação dos Programas de Residência em saúde, reforçamos a importância de que a Educação Permanente de Tutores, Preceptores e Docentes tenha espaço de destaque garantido neste processo. Que os instrumentos de avaliação das Residências considerem as proposições feitas pela Consulta Pública e discutida no Fórum de Coordenadores de Programas de Residência realizado em Vitória/ES em 2014. Que a avaliação dos Programas de Residência seja garantida e iniciada ainda em 2016, bem como divulgação do calendário de visitas e socialização de como se dará o processo de certificação dos egressos dos programas de residência.

Defendemos a institucionalização dos programas de residências em saúde como uma modalidade de formação de pós-graduação nas instituições proponentes, diferenciada da titulação de “especialização” atualmente vigente. Reforçamos a necessidade de que a certificação específica de residência seja contemplada tanto em seleções acadêmicas como em concursos públicos com maior pontuação do que as certificações de especialização, bem como acreditamos que a carga horária prática possa ser computada como experiência profissional.

Dado que os Programas de Residência têm a maior carga horária dentre as pós-graduações e grande arsenal de prática profissional, pautamos que sua certificação deva ter maior valor nas seleções de concursos públicos, quando comparado com as demais modalidades (mestrado, doutorado e especialização). Salientamos ainda, a importância de incentivar o debate da Formação em Residência em Área Profissional em Saúde no âmbito dos Conselhos Federais Profissionais.

Salientamos a necessidade do adequado funcionamento do SisCNRMS compatível com as necessidades dos programas, na medida em que permita a atualização do PPP, COREMU, Coordenadores, corpo docente, preceptores, tutores e residentes. Reafirmamos a necessidade de garantir a manutenção das atividades da CNRMS, bem como a criação de um banco de dados nacional, permanente e atualizado do cadastro de endereços (correio eletrônico) dos/das Coordenadores/as de COREMU e Coordenadores/as de Programa para que o mesmo seja disponibilizado a esses segmentos.

Reiteramos a necessidade de redefinição e reorganização da carga horária semanal dos programas de residência, em espaços institucionais que incluam os diversos atores, garantindo a participação dos residentes nesta construção e legitimando sua luta pelas 44 horas.

Em relação ao Despacho orientador publicado pelo MEC em dezembro de 2015 que não considera a carga horária de almoço como de trabalho, o que exige reposição por parte dos/das residentes, manifestamos nosso posicionamento contrário e reivindicamos a retirada desse despacho.



VI ENCONTRO NACIONAL DE RESIDÊNCIAS EM SAÚDE

**CONSTRUINDO NOSSA IDENTIDADE E
QUESTIONANDO A NOSSA FORMAÇÃO**

Afirmamos a importância dos Programas em Residências em Área Profissional da Saúde como modelo de formação para o SUS e instrumento para seu fortalecimento e qualificação.

Reafirmamos nosso posicionamento em defesa de um SUS 100% público, estatal e gratuito e de qualidade e para isso entendemos a importância da construção e fortalecimento dos coletivos em âmbito local, municipal, estadual, regional e nacional, pois acreditamos tanto na constituição político-participativa dos usuários e trabalhadores de saúde e na formação da consciência sanitária destes sujeitos.

Compreendemos também o fortalecimento a partir da presença e mobilização dos/das residentes, preceptores/as, tutores/as e coordenadores/as nos espaços de controle social, garantindo assim a formação crítica e de militância social, bem como que todos os programas de residência tenham em sua carga horária espaços de defesa do SUS – como os ENRS, Assembleias de segmentos, Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais e outros movimentos sociais, no mínimo mensalmente.

Consideramos necessária a aproximação com os movimentos sociais que lutam por direitos sociais sendo estratégico para potencializar e rearticular a militância dos residentes e da pauta do SUS defendida por nós. Ressaltamos que o encontro deve ser construído com caráter político e junto aos Fóruns de segmentos. Para o próximo encontro, pautamos a necessidade de espaços para discutir políticas de equidades (questões de gênero, etnia, entre outras).

Por fim, diante das ameaças aos direitos sociais e ao SUS, acreditamos que seja necessário que as residências se mobilizem na elaboração de estratégias de luta na defesa do SUS para além das instituições formadoras, serviços e controle social e por isso, convocamos com urgência todos os atores envolvidos com as Residências a se aproximarem e articularem nos coletivos e movimentos sociais já organizados em seu território para a construção, fortalecimento e consolidação de um SUS público, estatal, universal, gratuito e de qualidade.

Assim sendo, colocamos nossa posição contrária ao atual Ministro da Saúde Ricardo Barros, do Ministro da Educação Mendonça Filho e do atual presidente interino Michel Temer ou qualquer Governo que atue na contramão dos princípios e diretrizes do SUS, da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica. Somos contrários também à manutenção da agenda neoliberal que em detrimento do capital retira direitos da classe trabalhadora, expressos por meio das terceirizações, privatizações e consequentemente promovem a precarização e o sucateamento do Sistema Único de Saúde.

SAÚDE E EDUCAÇÃO NÃO SÃO MERCADORIAS! NOSSA LUTA É TODO DIA!

Fórum Nacional de Residências em Saúde